

# Saúde em Português

## A.P.C.S.P.L.P.

**Demonstrações Financeiras**

**31 de Dezembro de 2022**

## Índice

Balanço .....	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas .....	5
Demonstração dos Resultados por Funções .....	6
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	8
Anexo .....	9
1. Identificação da Entidade .....	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	9
3. Principais Políticas Contabilísticas .....	11
3.1.1. Continuidade: .....	11
3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):.....	11
3.1.3. Consistência de Apresentação.....	11
3.1.4. Materialidade e Agregação:.....	12
3.1.5. Compensação.....	12
3.1.6. Informação Comparativa .....	12
3.2.1. Activos Fixos Tangíveis.....	12
3.2.2. Bens do património histórico e cultural.....	13
3.2.3. Propriedades de Investimento .....	13
3.2.4. Activos Intangíveis .....	13
3.2.5. Investimentos financeiros.....	13
3.2.6. Inventários .....	13
3.2.7. Instrumentos Financeiros .....	14
3.2.8. Fundos Patrimoniais .....	15
3.2.9. Provisões.....	16
3.2.10. Financiamentos Obtidos Empréstimos obtidos.....	16
3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos .....	16
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	17
5. Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis .....	17
6. Activos Intangíveis .....	18
7. Locações.....	18
8. Custos de Empréstimos Obtidos.....	18
9. Inventários .....	19
10. Rédito.....	19

11.	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes .....	19
12.	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	20
13.	Efeitos de alterações em taxas de câmbio .....	20
14.	Imposto sobre o Rendimento .....	20
15.	Benefícios dos empregados.....	20
16.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	21
17.	Outras Informações .....	21

## Balanço

Período findo em 31 de Dezembro de 2022

RUBRICAS	CC	NOTAS	PERIODOS	
			31/12/2022	31/12/2021
<b>ACTIVO</b>				
<b>Activo não corrente</b>				
Activos Financeiros	41		1 854,50	1 919,19
Activos fixos tangíveis	42 + 453		1 089,85	1 362,32
			9 944,35	3 281,51
<b>Activo corrente</b>				
Inventários	32	9	7 237,03	7 237,03
Clientes	21 (excep. 218)	17.3	343,35	1 308,35
Estado e outros entes públicos	24	17.10	0,00	0,00
Outras contas a receber	22 + 23 + 27 + 29	17.4	263 347,30	307 457,85
Diferimentos	28	17.5	1 179,62	2 683,20
Caixa e depósitos bancários	11 + 12 + 13	17.7	33 526,69	106 946,13
			305 633,99	425 632,56
<b>Total do activo</b>			308 578,34	428 914,07
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>				
<b>Fundos Patrimoniais</b>				
Fundos	51	17.8	121 491,86	121 491,86
Resultados transitados	56	17.8	-6 942,49	-21 567,55
			114 549,37	83 048,80
Resultado líquido do período	818	17.8	14.233,30	14.625,06
Interesses minoritários				
<b>Total do fundo de capital</b>			128 782,67	114 549,37
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
			0,00	0,00
<b>Passivo corrente</b>				
Fornecedores	22	17.9	13 807,12	6 237,24
Estado e outros entes públicos	24	17.10	9 950,34	11 961,65
Diferimentos	28	17.5	114 020,00	272 329,20
Financiamentos Obtidos	25			1 266,42
Outras contas a pagar	21 + 23 + 27	17.11	42 018,21	22 570,19
			179 795,67	314 364,70
<b>Total do passivo</b>			179 795,67	314 364,70
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>			308 578,34	428 914,07

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
Miguel Rodrigues CC 13340

A DIRECÇÃO  
Henrique João Figueira de Sousa Correia, Dr. (Presidente)  
Humberto Manuel Neves Vitorino, Dr. (Vice-Presidente)  
Vitor Bruno Nóbrega Martins, Dr. (Secretário)

## Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	CC	NOTAS	PERIODOS	
			31/12/2022	31/12/2021
Vendas e serviços prestados	71 + 72	10	5 350,00	2 006,13
Subsídios à exploração	75	17.13	366 094,92	349 078,78
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	61	9	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	62	17.14	-155 297,83	-142 107,81
Gastos com o pessoal	63	15	-205 965,09	-201 083,71
Outros rendimentos e ganhos	78 (excep. 785)	17.15	4 774,27	9 939,86
Outros gastos e perdas	68 (excep. 685)	17.16	-450,50	-2 060,70
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>			<b>14 505,77</b>	<b>15 772,55</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	64 e 761	5	-277,47	-1 147,49
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>			<b>14 233,30</b>	<b>14 625,06</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	79	17.17		
Juros e gastos similares suportados	69	17.17	0,00	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>			<b>14 233,30</b>	<b>14 625,06</b>
Imposto sobre o rendimento do período	812			
<b>Resultado líquido do período</b>			<b>14 233,30</b>	<b>14 625,06</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
Miguel Rodrigues CC 13340

A DIRECÇÃO  
Henrique João Figueira de Sousa Correia, Dr. (Presidente)  
Humberto Manuel Neves Vitorino, Dr. (Vice-Presidente)  
Vitor Bruno Nóbrega Martins, Dr. (Secretário)

## Demonstração dos Resultados por Funções

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		5 350,00	2 006,13
Custo das vendas e dos serviços prestados		0	0
<b>Resultado bruto</b>		<b>5 350,00</b>	<b>2 006,13</b>
Outros rendimentos		370 869,19	359 018,64
Gastos de distribuição		0,00	0,00
Gastos administrativos		-361 262,92	-343 191,52
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos		-722,97	-3 208,19
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>14 233,30</b>	<b>14 625,06</b>
Gastos de financiamento (líquidos)		0,00	0,00
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>14 233,30</b>	<b>14 625,06</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>14 233,30</b>	<b>14 625,06</b>

## Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

### DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2022

Unidade monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais		
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total				
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022</b>	6	17.8	121 491,86	-	-	-21 567,55	-	-	-	14 625,06	114 549,37	-	114 549,37	
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											-			
Alterações de políticas contabilísticas											-			
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											-			
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											-			
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											-			
Ajustamentos por impostos diferidos											-			
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais						14.625,06					-14.625,06		0,00	
	7		-	-	-	14.625,06	-	-	-	-	-14 625,06	-	0,00	
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	8	17.8									14 233,30	14 233,30	14 233,30	
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	9=7+8										14 233,30	14 233,30	-	14 233,30
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>														
Fundos														
Subsídios, doações e legados														
Outras operações														
	10		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2022</b>	6+7+8+10		121 491,86	-	-	-6 942,49	-	-	-	14 233,30	128 782,67	-	128 782,67	

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS
		N
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método</b>		
Recebimentos de clientes		4 005,50
Pagamentos a fornecedores		-34 372,34
Pagamentos ao pessoal		-119 396,57
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-149 763,41</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		76 733,45
Outros recebimentos/pagamentos		-73 029,96
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
<i>Activos fixos tangíveis</i>		
<i>Activos intangíveis</i>		
<i>Investimentos financeiros</i>		
<i>Outros activos</i>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
<i>Activos fixos tangíveis</i>		-389,48
<i>Activos intangíveis</i>		
<i>Investimentos financeiros</i>		
<i>Outros activos</i>		
<i>Subsídios ao investimento</i>		
<i>Juros e rendimentos similares</i>		0,00
<i>Dividendos</i>		
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>-389,48</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
<i>Financiamentos obtidos</i>		
<i>Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>		
<i>Cobertura de prejuízos</i>		
<i>Doações</i>		
<i>Outras operações de financiamento</i>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
<i>Financiamentos obtidos</i>		
<i>Juros e gastos similares</i>		
<i>Dividendos</i>		
<i>Redução de fundos</i>		
<i>Outras operações de financiamento</i>		
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>0,00</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		
		106 946,13
		33 526,69

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Miguel Rodrigues CC 13340

A DIRECÇÃO

Henrique João Figueira de Sousa Correia, Dr. (Vice-Presidente)

Humberto Manuel Neves Vitorino, Dr. (Presidente)

Vitor Bruno Nóbrega Martins, Dr. (Secretário)



## Anexo

### 1. Identificação da Entidade

---

A “Saúde em Português”, com sede em Coimbra na Avenida Dr. Elísio de Moura nº. 417, R/C em Coimbra, é uma instituição sem fins lucrativos constituída sob a forma de “Associação” em 4 de Novembro de 1993, e cuja constituição foi publicada no Diário da República – III Série, nº. 180, de 05/08/1994.

Desde 8 de Agosto de 2012 está registada como IPSS.

Tem como actividade **“promover a integração social e comunitária, com vista ao desenvolvimento integral da pessoa humana, respeitando e assegurando os seus direitos e liberdades fundamentais”**.

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

O montante total de ajustamento à data da transição reflecte a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adopção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “*Resultados Transitados*”. Assim, os efeitos provenientes da adopção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de Janeiro de 2011) foram registados em “*Fundos Patrimoniais*” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

<b>Reconciliação dos Fundos Patrimoniais</b>	
<b>Fundos Patrimoniais PCIPSS</b>	<b>0,00</b>
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	121.491,86
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	121.491,86
<b>Fundos Patrimoniais SNC-ESNL</b>	<b>121.491,86</b>

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

<b>Reconciliação do Resultado</b>	
<b>Resultado Líquido PCIPSS</b>	<b>0,00</b>
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
<b>Resultado Líquido SNC-ESNL</b>	<b>0,00</b>

Não há lançamentos de adaptação do PCIPSS para o SNC-ESNL no que respeita ao resultado.

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” (Notas 17) e “*Diferimentos*” (Nota 17)

##### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **3.1.4. Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### **3.1.6. Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

### **3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

#### **3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis**

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Não existem ativos que tenham sido atribuídos à Entidade a título gratuito.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela II anexa ao Decreto Regulamentar 25/2009, de 14/09.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

### **3.2.2. Bens do património histórico e cultural**

Não existem bens do património histórico e cultural

### **3.2.3. Propriedades de Investimento**

Não aplicável

### **3.2.4. Ativos Intangíveis**

Não aplicável

### **3.2.5. Investimentos financeiros**

Não aplicável

### **3.2.6. Inventários**

Os “*Inventários*” estão registados ao custo médio.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio.

Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo médio ou custo corrente, dependendo do tipo de inventário/compras.

### **3.2.7. Instrumentos Financeiros**

Não existem mecanismos negociados de eliminação de riscos financeiros (câmbios, taxas de juros, entre outros)

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores /beneméritos /patrocinadores /doadores /associados /membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

### Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Inclui ainda os depósitos a prazo em nome da Associação.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.8. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- resultados líquidos de exercício
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### 3.2.9. Provisões

A Associação tem apenas provisões para férias e subsídio de férias.

### 3.2.10. Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Não existem Financiamentos obtidos.

#### Locações

Não existem contratos de Locação

### 3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) *As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social, defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar. (Redacção da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro)*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*



*c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”*

A ‘Saúde em Português’ não estimou imposto sobre o rendimento dado que a atividade de prestação de serviços em que está inserida se encontra isenta do respetivo pagamento de imposto.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

---

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **5. Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis**

---

##### **Bens do domínio público**

A Entidade não possui bens de domínio público.

##### **Bens do património histórico, artístico e cultural**

A Entidade não possui bens do património histórico, artístico e cultural.

##### **Activos Fixos Intangíveis**

A Entidade possui investimentos financeiros decorrentes do Fundo de Compensação de Trabalho no valor € 1.854,50.

##### **Outros Activos Fixos Tangíveis**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-01-2022	Aquisições /Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-12-2022
<b>Ativo Fixo Tangível</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	0,00					0,00
Equipamento básico	1 246,99					1 246,99
Equipamento de transporte	10 500,00					10 500,00
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	51 915,41					51 915,41
Outros activos fixos tangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>63 662,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>63 662,40</b>
	Saldo em 01-12-2022		Abates	Depreciações	Revalorizações	Saldo em 31-12-2022
<b>Depreciações acumuladas</b>	0,00					0,00
Terrenos e recursos naturais						0,00
Edifícios e outras construções						0,00
Equipamento básico	1 246,99					1 246,99
Equipamento de transporte	10 500,00					10 500,00
Equipamento biológico						0,00
Equipamento administrativo	50 553,09			272,47		50 825,56
Outros activos fixos tangíveis						0,00
<b>Total</b>	<b>62 300,08</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>272,47</b>	<b>0,00</b>	<b>62 516,90</b>

### Propriedades de Investimento

A Entidade não possui “Propriedades de Investimento”.

## 6. Activos Intangíveis

Não aplicável

### Outros Activos Intangíveis

Não aplicável

## 7. Locações

Não aplicável

## 8. Custos de Empréstimos Obtidos

Não Aplicável

## 9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2022				2021			
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final
Mercadorias	7 237,03	0,00	0,00	7 237,03	7 237,03	0,00	0,00	7 237,03
Mat.primas, subs.consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
<b>Total</b>	<b>7 237,03</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7 237,03</b>	<b>7 237,03</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7 237,03</b>

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00		0,00		0,00		0,00
Variações nos inventários da produção		0,00		0,00		0,00		0,00

## 10. Rédito

Para o período de 2021 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	0,00	6,13
Prestação de Serviços		
Quotas dos utilizadores	0,00	0,00
Quotas e Jóias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e	5 350,00	2 000,00
Outros rendimentos e ganhos	4.774,27	9 939,86
Juros		
Royalties		
Dividendos		
<b>total</b>	<b>10 124,27</b>	<b>11 945,99</b>

## 11. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

### Provisões

Foi constituída uma provisão para subsídios de Férias ganhas em 2022 e a gozar em 2023, no valor de €22.958,16, considerando os funcionários em Janeiro de 2023, que eram cerca de “9”.

**Passivos contingentes**

Não se aplica

**Activos contingentes**

Não se aplica

**12. Subsídios do Governo e apoios do Governo**

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	334 839,14	337 612,61
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações	31 255,78	11 466,17
Heranças	0	0
Legados	0	0
...	0	0
<b>Total</b>	<b>366 094,92</b>	<b>349 078,78</b>

**13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio**

Não aplicável.

**14. Imposto sobre o Rendimento**

Não aplicável

**15. Benefícios dos empregados**

Aos membros dos órgãos directivos não foram processadas quaisquer remunerações

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de "10". Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações dos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao Pessoal	167 350,48	164 014,49
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	919,34	0,00
Encargos sobre as remunerações	36 054,97	35 090,69
Seguros Ac.Trabalho e Doenças Prof.	1 205,00	1 407,93
Gastos de Acção Social	435,30	570,60
Outros gastos com o pessoal	0,00	0,00
<b>total</b>	<b>205 965,09</b>	<b>201 083,71</b>

## 16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 17.1. Investimentos Financeiros

Não aplicável

### 17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Não aplicável

**17.3. Clientes e Utentes**

Para o período de 2022 e 2021 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	343,35	1 158,35
Utentes		
<b>Clientes e Utentes, títulos a receber</b>		
Clientes		
Utentes		
<b>Clientes e Utentes factoring</b>		
Clientes		
Utentes		
<b>Clientes e Utentes de cobrança duvidosa</b>		
Clientes		
Utentes		
<b>total</b>	<b>343,35</b>	<b>1 158,35</b>

No período de 2022 não foi registada qualquer “Perda por Imparidade”.

**17.4. Outras contas a receber**

Descrição	2022	2021
Fornecedores	2 295.56	1 367.68
Pessoal	-	11.58
Outras Contas a receber	261 051.74	304 710.91
Provisões	-	-
Total	<b>263 347,30</b>	<b>306 090,17</b>

**17.5. Diferimentos**

Em 31 de Dezembro de 2022, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
<b>Gastos a reconhecer:</b>		
Seguros	767,87	775,15
Rendas	400,00	1 500,00
Outros	11,75	408,05
<b>total</b>	<b>1 179,62</b>	<b>2 683,20</b>
<b>Rendimentos a reconhecer:</b>		
Outros proveitos diferidos	114 020,00	272 329,20
<b>total</b>	<b>115 199,62</b>	<b>290 735,81</b>

**17.6. Outros Activos Financeiros**

Não aplicável

**17.7. Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2022, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021
Caixa	655,49	535,49
Depósitos à ordem	32 871,20	106 410,64
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>total</b>	<b>33 526,69</b>	<b>106 946,13</b>

**17.8. Fundos Patrimoniais**

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-01-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2022
Fundos	121 491,86			121 491,86
Excedentes técnicos	0,00			0,00
Reservas	0,00			0,00
Resultados transitados	-21 567,55	14 625,06		-6 942,49
Excedentes de revalorização	0,00			0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00			0,00
<b>total</b>	<b>99 924,31</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>114 549,37</b>

**17.9. Fornecedores**

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	13 807,12	6 237,24
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
<b>Total</b>	<b>13 807,12</b>	<b>6 237,24</b>

**17.10. Estado e Outros Entes Públicos**

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0	0
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	40,02	23,37
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	2 635,61	3 613,77
Segurança Social	7 274,71	8 324,51
Outros Impostos e Taxas	-	-
<b>Total</b>	<b>9 950,34</b>	<b>11 961,65</b>

**17.11. Outras Contas a Pagar**

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	0,00	-	0,00
<b>Fornecedores de Investimentos</b>	-	-	-	-
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>	-	18 917,62	-	18 917,62
<b>Outros credores</b>	-	3 502,57	-	3 502,57
<b>Total</b>	-	<b>22 420,19</b>	-	<b>22 420,19</b>

**17.12. Outros Passivos Financeiro**

Não aplicável.



**17.13. Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	334 839,14	337 612,61
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações	31 255,78	11 466,17
Heranças	0	0
Legados	0	0
...	0	0
<b>Total</b>	<b>366 094,92</b>	<b>349 078,78</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão também divulgados na Nota 12 do Anexo.

**17.14. Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	76 844,84	59 068,95
Materiais	18 597,07	21 411,60
Energia e fluidos	8 183,67	8 209,71
Deslocações, estadas e transportes	15 820,75	290,50
Serviços diversos (*), dos quais:	35 851,50	53 127,05
Rendas e alugueres	25 183,44	46 182,67
Comunicação	6 694,63	2 803,96
Seguros	884,36	775,11
Despesas de representação	19,20	206,00
Limpeza, higiene e conforto	799,50	1.071,59
Outros Serviços	2 270,37	2 087,72
<b>Total</b>	<b>155 297,83</b>	<b>142 107,81</b>

(\*) Discriminação das três rubricas de maior valor.

**17.15. Outros rendimentos e ganhos**

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	4 733,07	7 825,16
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	41,20	2 114,70
<b>Total</b>	<b>4 774,27</b>	<b>9 939,86</b>

**17.16. Outros gastos e perdas**

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	261,74	209,42
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Correções de Exercícios anteriores	109,51	377,97
Outros Gastos e Perdas	79,25	1 473,31
<b>Total</b>	<b>450,50</b>	<b>2 060,70</b>

**17.17. Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**17.18. Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

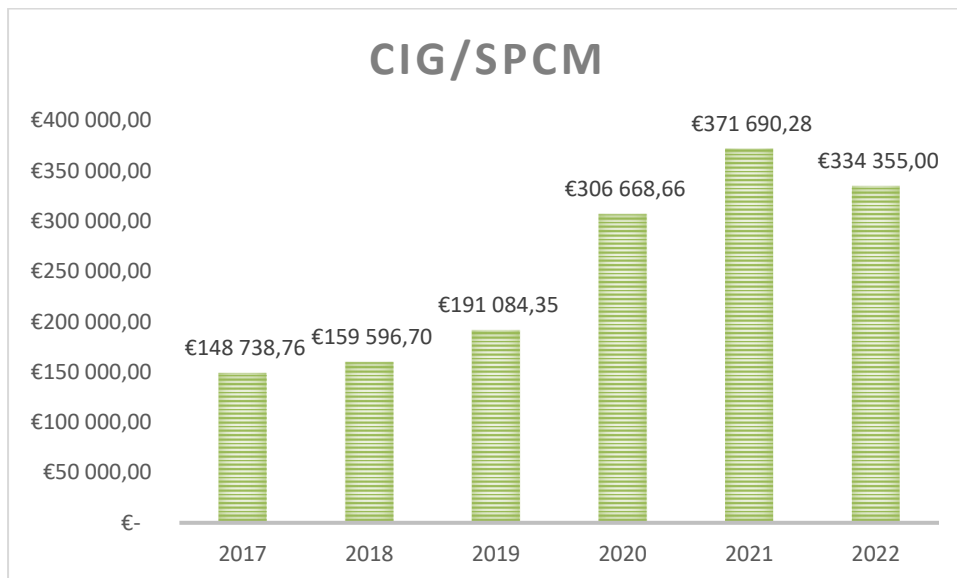
Não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Coimbra, 29 de Março de 2023

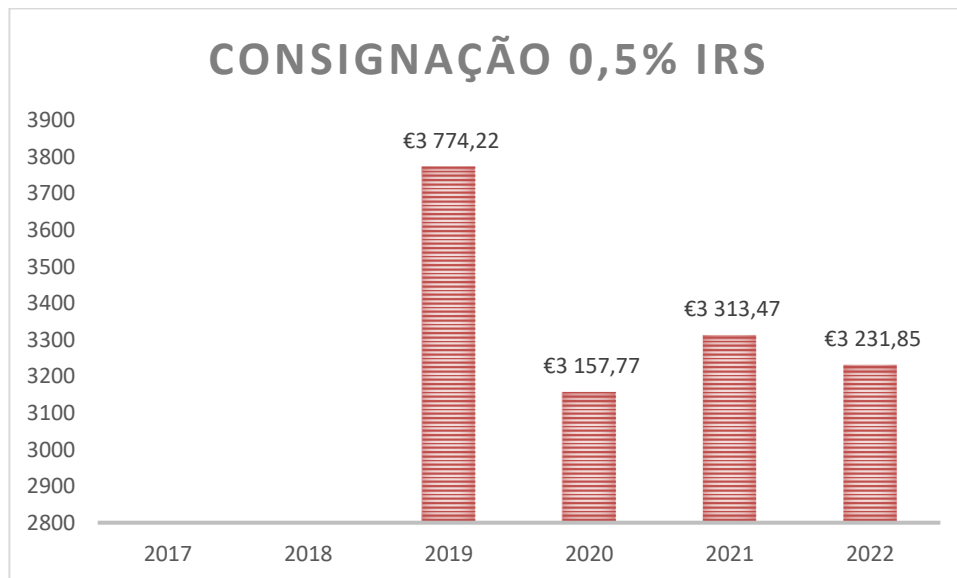
O Contabilista Certificado  
Miguel Rodrigues CC 13340

A DIRECÇÃO  
Henrique João Figueira de Sousa Correia, Dr. (Presidente)  
Humberto Manuel Neves Vitorino, Dr. (Vice-Presidente)  
Vítor Bruno Nóbrega Martins, Dr. (Secretário)

Exercício de 2022



Exercício de 2022



Exercício de 2022



Exercício de 2022

